

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO N.º/02
(Dos Srs. AVENZOAR ARRUDA e TARCÍSIO ZIMMERMANN)

Requer o convite ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para explicitar razões do corte de recursos orçamentários e o atraso na liberação de recursos para o Programa de Qualificação e Profissionalização do Trabalhador.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. PAULO JOBIM FILHO, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a fim de prestar esclarecimentos sobre os cortes dos recursos para o Plano Nacional de Formação Profissional e o atraso na liberação dos recursos orçamentários previstos no Orçamento Geral da União, exercício 2002.

Requeremos ainda, sejam convidados para participar da audiência pública, o Presidente do CODEFAT o Sr. Francisco Canidé Pegado e o Presidente do FONSET e Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Social de Pernambuco o Sr. José Arlindo Soares.

JUSTIFICAÇÃO

O Orçamento Geral da União de 2002 estabeleceu um brutal corte nos recursos destinados ao Plano Nacional de Formação Profissional. Para o ano em curso há uma redução de 40% nestes recurso em relação aqueles executados em 2001. Mais grave ainda: em relação à proposta aprovada pelo Conselho Gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, o CODEFAT o corte chega a 50%, num flagrante desrespeito a este Conselho e, sobretudo, num brutal ataque a uma política pública essencial ao desenvolvimento nacional.

Os trabalhadores pobres, extremamente necessitados da qualificação estão sendo agredidos com o corte dos recursos da Qualificação Profissional e com o atraso na sua liberação. Este país e este governo federal que sempre foram tão escandalosamente generosos com as elites, negam aos milhões de trabalhadores desempregados um direito tão elementar e tão essencial para o seu futuro.

O que ocorre é que neste ano de 2002 teremos recursos nominais inferiores ao ano de 1997, quando foram na ordem de R\$ 348 milhões, o que configura um desmonte e um retrocesso desse Programa. A consequência é trágica: em 2002, 1 milhão e 800 mil trabalhadores brasileiros perdem o direito à qualificação profissional.

Não bastasse o corte orçamentário, os programas estaduais de qualificação estão ainda penalizados por um inexplicável atraso na liberação dos recursos. Este é mais um grave problema, na medida em que inviabiliza um planejamento mais adequado e acarreta sérias dificuldades às milhares de organizações sem fins lucrativos que ministram os cursos. Para estas entidades a demora na liberação dos recursos implica abrir mão de equipes de profissionais altamente capacitados, com óbvios prejuízos à qualidade dos cursos.

Frente ao acima exposto reiteramos o pedido de aprovação do presente requerimento aos nobres pares, para que possamos reverter esse quadro e traçar políticas de superação do problema social causado pela redução drástica dos recursos previstos para o Programa e o atraso na liberação dos recursos já consignados no OGU de 2002.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2002.

Dep. AVENZOAR ARRUDA – PT/PB Dep. TARCÍSIO ZIMMERMANN – PT/RS